



## **EDUCAÇÃO PARA TODOS: O PROEJA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

GT 16: TRABALHO E EDUCAÇÃO

### **Trabalho completo**

Nadir de Fátima Borges BITTENCOURT (IFMT)

[nadir.borges@ifmt.edu.br](mailto:nadir.borges@ifmt.edu.br)

Edsônia de Souza Oliveira MELO (IFMT)

[edsonia.melo@ifmt.edu.br](mailto:edsonia.melo@ifmt.edu.br)

Lethícia Oliveira CASTILHO (IDC/Cuiabá)

[lethicia.edf@gmail.com](mailto:lethicia.edf@gmail.com)

Silvia Maria dos Santos STERING (IFMT)

[silvia.stering@ifmt.edu.br](mailto:silvia.stering@ifmt.edu.br)

Hérica Clair Garcez NABUCO (IFMT)

[herica.nabuco@ifmt.edu.br](mailto:herica.nabuco@ifmt.edu.br)

Jusimeire Auxiliadora Pinto VIANA (SEDUC/MT)

[jusimeireviana@hotmail.com](mailto:jusimeireviana@hotmail.com)

Luiz Felipe França ROSTIROLLA (IFMT)

[Luiz.rostirolla@ifmt.edu.br](mailto:Luiz.rostirolla@ifmt.edu.br)

Thiago Felipe Ribeiro de MIRANDA (IFMT)

[ribeiro.thiago@estudante.ifmt.edu.br](mailto:ribeiro.thiago@estudante.ifmt.edu.br)

### **Resumo**

O presente trabalho é o resultado de um projeto de pesquisa cujo objetivo foi apresentar um panorama da EJA desde sua primeira oferta no IFMT através do PROEJA, em 2007, até 2023, procurando saber se as políticas educacionais foram/ são efetivas para essa modalidade de ensino. Pretendeu-se analisar a concepção da EJA sob a ótica do docente, do discente e do gestor para propor mudanças na operacionalização do programa. Buscou-se também: identificar as deficiências do PROEJA no IFMT que contribuíram/contribuem para evasão ou fracasso escolar, assim como saber se os alunos egressos do PROEJA/IFMT foram inseridos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Inclusão social. Formação para o trabalho.

### **1 Introdução**

Segundo resultados da VII Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), ocorrida entre os dias 15 e 17 de junho de 2022, no Reino de Marrocos, estima-se que desde 2021 já existiam no mundo mais de 770 milhões de adultos que não tinham sido alfabetizados (UNESCO, 2023). Esse valor corresponde a 12 milhões de pessoas a mais quando comparado aos dados apresentados no 3º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (reapresentados no Relatório Global Report on Adult Learning and Education –

GRALE III), publicado pela Unesco em 2016, que, na época, retratou a existência no mundo de cerca de 758 milhões de adultos, sendo 115 milhões com idades entre 15 e 24 anos que não seriam capazes de ler ou escrever uma simples frase.

No relatório de monitoramento apresentado no GRALE IV (UNESCO, 2020), que proporcionou informações e análise para as discussões da VII CONFINTEA, consta uma análise positiva aos avanços conquistados nos últimos 10 anos para aprendizagem de jovens e adultos, inclusive nos cumprimentos de metas da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), especificamente o ODS IV pelos países que aderiram à pesquisa, mesmo que de forma desigual. Todavia ainda pondera a necessidade de aumentar investimentos financeiros na aprendizagem de jovens e adultos, reduzir os custos de participação e aumentar a conscientização das nações sobre os benefícios da aprendizagem eficaz dos adultos, além de melhorar a coleta e o monitoramento de dados das pesquisas, principalmente para compreender e analisar a situação dos grupos desfavorecidos como adultos com deficiência, idosos, refugiados, migrantes e grupos minoritários (UNESCO, 2020).

Em 2015 foi aprovada na 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o debate sobre educação de adultos está contemplado nessa agenda, pois os líderes mundiais sabem que a educação de adultos tem um papel importante a representar para que a visão de mundo na Agenda 2030 seja realidade (UNESCO, 2016), já que está intrinsecamente ligada ao ODS IV, que é o recurso chave para alcançar os outros 16 objetivos de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2020).

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 9,6 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Nesse contingente de pessoas, entre aqueles que não completaram a Educação Básica, 6,0% eram sem instrução, 28,0% tinham o Ensino Fundamental incompleto, 7,8% tinham o Ensino Fundamental completo e 5,0%, o Ensino Médio incompleto. Os jovens de 18 a 24 anos de idade deveriam estar já no Ensino Superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada, porém não é o que acontece devido ao abandono ou o fracasso escolar. Consequentemente, esses jovens já não frequentam mais a escola ou ainda estão em etapas anteriores da Educação Básica.

Ainda de acordo com os dados da Pnad de 2022, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos foi de 30,4%, percentual próximo ao registrado em 2019. Por sua vez, 20,8% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 10,3% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da Educação Básica. Já 4,1% haviam completado o Ensino

Superior e 65,5% não frequentavam a escola. Dos quase 52 milhões de pessoas nessa faixa etária, aproximadamente 18% não completaram o Ensino Médio (IBGE, 2022).

O abandono da escola por jovens de 14 a 29 anos de idade se deu, segundo os dados da Pnad (2022), aos 16 anos de idade (entre 15,3% e 19,3%), havendo também abandono precoce por crianças em idade do Ensino Fundamental (7,2% até os 13 anos e de 7,6% aos 14 anos). A idade de 15 anos, quando o jovem inicia o Ensino Médio, é o marco desse abandono, sendo o percentual quase duplicado em relação ao abandono aos 14 anos. Os motivos desse abandono ou da não frequência à escola são relativos à necessidade de trabalhar para 40,2%. Entre os homens o trabalho é o principal motivo (51,6%), seguido de não ter interesse de estudar (26,9%). Também para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (24,0%), seguido de gravidez (22,4%) e não ter interesse em estudar (21,5%), e 10,3% delas apontaram os trabalhos de cuidado (tarefas domésticas e cuidado de pessoas) (IBGE, 2022).

Esse contingente de jovens e adultos fora da escola, mesmo diminuído em relação ao último censo (2019), ainda é preocupante diante dos desafios para cumprir as metas da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). É importante ressaltar que elevar a escolarização dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país e do mundo e, conseqüentemente, é uma forma de ampliar sua qualificação profissional e facilitar a inserção no mundo do trabalho.

A educação de jovens e adultos é um direito de todos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) e reafirmado pela LDB, de 1996. Segundo o Parecer nº 11 do Conselho Nacional de Educação [CNE] (Brasil, 2000), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem tripla função: reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora implica o resgate de um direito civil restaurando uma oportunidade negada; a função equalizadora refere-se à perspectiva de exigência de inclusão, tanto no meio social quanto no mundo do trabalho; e a função qualificadora, que se refere à garantia de um saber e de uma educação continuada para toda a vida (Brasil, 2000).

A Declaração de Hamburgo/1997 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1999) é clara quanto aos objetivos das pessoas procuram a EJA: elas buscam nessa modalidade de ensino desenvolver suas capacidades, enriquecer seus conhecimentos e melhorar suas competências técnicas ou profissionais, seja pelos processos de aprendizagem formais ou não formais. Segundo Bittencourt (2013), o que se pretende com a EJA é formação humana na e para a vida e não apenas de qualificação para o mercado de trabalho.

Com a Constituição Federal de 1988 é que surgem as políticas mais expressivas para a educação de jovens e adultos

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (CF, 1988, Art. 208).

A LDB (1996) define mais claramente a EJA: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (LDB, 1996, Art. 37), mas somente nos anos de 2002 a 2006 foram tomadas iniciativas mais enfáticas para a EJA em relação aos anos anteriores.

Entre outros programas dirigidos a esse público, O PROEJA, instituído pelo Governo Federal, através do Decreto 5.840, em 13 de julho de 2006, é uma política pública orientada à unificação de ações de profissionalização à educação geral visando à habilitação profissional em nível técnico e à certificação de conclusão do Ensino Médio

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

O público-alvo deste programa são jovens e adultos excluídos da Educação Básica, pobres de renda, que foram obrigados a deixar a escola na idade regular por motivos diversos (trabalhar para ajudar na renda familiar, entre outros). Quem procura o PROEJA para dar continuidade aos estudos são jovens de 18 anos ou mais e adultos, de baixa escolaridade, sem o Ensino Médio ou com ele incompleto. O objetivo dessa modalidade é resgatar jovens e adultos que não concluíram o Ensino Médio e reinseri-los no sistema escolar e, ao mesmo tempo, lhes possibilitar o acesso à formação profissional técnica, visando a uma formação geral, ou seja, à habilitação profissional em nível técnico e à certificação de conclusão do Ensino Médio.

No ano de 2007, em cumprimento ao Decreto 5.840, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – na época Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET/MT – começou a ofertar cursos na modalidade PROEJA. No campus que hoje se denomina campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva foram oferecidos três cursos: Edificações, Refrigeração e Ar Condicionado e Eletrotécnica.

De acordo com os dados sociodemográficos da pesquisa de Santos (2013), os alunos do PROEJA do campus acima mencionado faziam parte de um grupo significativo da população brasileira que recebia entre 1 e 2 salários mínimos, com 3 a 5 pessoas por família, que deixaram de estudar na faixa de 15 a 16 anos, contabilizando um percentual de 84% da amostra pesquisada que deixaram de frequentar a escola na idade certa, por necessidade de ajudar no sustento da família. Por necessidade de qualificação profissional, 86,1% da amostra pesquisada estavam tentando se adequar às exigências do mundo do trabalho através do PROEJA (Santos, 2013).

O PROEJA no campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva teve sua última turma ingressante em 2014. Quando questionados sobre a não oferta em anos subsequentes, os gestores/coordenadores dos departamentos que ofereciam esses cursos alegaram falta de demanda que justificasse sua continuação. No entanto, os cursos no Pós-Médio (Subsequente) em Edificações e Eletrotécnica são ofertados até o presente momento, o que comprova que existe demanda nessas áreas, já que o perfil desses sujeitos muito se aproxima dos que procuram o PROEJA.

Entre 2010 e 2013, dois estudos de doutoramento foram feitos sobre o PROEJA no IFMT, campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva. Em todos eles, os dados apontam que: é um programa que tem grande alcance social, promove a recuperação da escolaridade, a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho; como política pública educacional mostrou-se efetivo na garantia de cidadania (Bittencourt, 2013; Santos, 2013). Diante desses dados, percebeu-se a necessidade de se fazer um estudo mais detalhado sobre o que aconteceu na operacionalização do PROEJA no referido campus e em outros campi que tiveram o mesmo problema.

## 2 Objetivos

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo entender a operacionalização desse programa a fim de contribuir para as políticas públicas educacionais para esse segmento específico, em prol do desenvolvimento democrático vinculando educação e transformação do ser humano. Em vista disso, pretendeu-se: analisar a concepção da EJA sob a ótica do docente e do discente para propor cursos de formação (docentes e gestores); identificar as deficiências do PROEJA no IFMT que contribuíram/contribuem para a evasão ou o fracasso escolar; analisar o significado da educação sob a ótica dos discentes que buscam cursos de EJA; identificar os campi do IFMT que ainda oferecem cursos de EJA e respectivas áreas de

formação; buscar saber se os egressos foram inseridos no mundo do trabalho com a formação em EJA.

### 3 Metodologia

Como suporte metodológico foram utilizadas, com corte transversal, três pesquisas de doutoramento entre os anos de 2010 a 2015, todas sobre a formação em PROEJA/IFMT (Bittencourt, 2013; Santos, 2013; Stering, 2015). Os participantes dessas pesquisas foram alunos matriculados, egressos, docentes e gestores que atuaram no programa PROEJA. Além dessas três pesquisas foram feitas também pesquisas bibliográficas nos campi do IFMT que oferecem/ofereceram cursos na modalidade EJA/PROEJA, assim como foram consultados documentos oficiais e institucionais sobre a EJA. Também foram aplicados questionários aos egressos que concluíram o curso, aos que desistiram e aos que ainda estão cursando.

Em relação à coleta dos dados, foram utilizados vários procedimentos: contato com as secretarias e/ou coordenações dos cursos de vários campi do IFMT, via e-mail, telefone e/ou solicitação via ofício em relação aos documentos da instituição referentes ao PROEJA, como: Projeto Político Pedagógico PPC – dos cursos; matrizes curriculares; listas de alunos egressos, desistentes e cursando; busca ativa via e-mail, telefone, redes sociais, amigos/conhecidos desses discentes para responderem a um questionário sobre sua formação no programa. Quanto aos documentos oficiais do MEC, a busca foi feita basicamente pela internet, especificamente nos portais [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Além desses recursos, também se recorreu ao portal [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), aos sites de busca Google, Google Acadêmico para acessar leis, decretos e demais documentos oficiais usados para embasar esta pesquisa.

### 4 Resultados e discussões

Os dados gerados pelos discentes tanto das três teses que serviram de suporte para este estudo quanto os dados da pesquisa atual apontaram aspectos importantes que também são abordados pela literatura a respeito da temática da educação de jovens e adultos. Quando procuram um curso na modalidade EJA, esses jovens esperam resgatar o tempo perdido e recuperar um direito que lhes foi negado no passado, seja por falta de políticas públicas efetivas de inclusão, seja por outros motivos. Nesse sentido, acreditam que a escola lhes proporcionará isso de maneira satisfatória.

Os dados revelaram que voltar à escola pode ser a oportunidade de superação, de realização de um sonho e ao mesmo tempo de transformação de seu contexto de exclusão social. Este programa contribui para a inclusão social ao oferecer uma segunda chance de educação para esses jovens e adultos que não puderam terminar seus estudos na idade adequada. O PROEJA oferece uma oportunidade de empoderamento individual na medida em que permite a aquisição de novas habilidades, autoconfiança e autonomia, o que beneficia também as pessoas da sua família e de sua comunidade.

Ao analisar os discursos enunciados a partir da realização das entrevistas, percebe-se que os alunos do PROEJA se reconhecem como autores responsáveis pela sua história e têm consciência do seu papel na construção do seu projeto de vida. Isso pode ser evidenciado quando eles mencionam suas dificuldades, superações em continuar os estudos, mesmo tendo que trabalhar e ajudar financeiramente a família.

Os dados confirmam que o PROEJA é um programa com grande alcance social e que promove a cidadania. A partir do momento em que ingressam em um curso de PROEJA, a maneira de se posicionar diante de si mesmos e diante do mundo se modifica, o que pode ser explicado pela Psicologia Histórico-Cultural (Vygotsky, 2001), segundo a qual o autoconhecimento se dá no reconhecimento do outro e do seu entorno. Ou seja, assim que entram em contato com outros espaços e com outros sujeitos, eles ressignificam a forma como veem o mundo e como se veem nesse mundo (Bittencourt, 2013).

Pode-se afirmar, ancorados nos dados dessas pesquisas, que o PROEJA é um programa de fundamental importância para esses jovens e adultos que são obrigados a se excluírem dos direitos constitucionais na idade certa, ou seja, abandonar os estudos para ingressar mais cedo no mundo do trabalho. Ao se conscientizarem de que o sistema os exclui apenas da sua escolarização, mas não abrem mão da sua força de trabalho, esses sujeitos procuram na educação, ainda que tardia, através do PROEJA, um caminho para serem sujeitos integrados e participativos na sociedade.

A escola comprometida com a formação humana precisa, necessariamente, entender quem são esses sujeitos, seus anseios, suas necessidades, suas expectativas ao retornarem à escola e adotar os processos pedagógicos mais adequados para oferecer uma educação de qualidade. Caso contrário, ela será apenas um instrumento assistencialista, uma educação compensatória, entregando a esses sujeitos uma certificação vazia, fazendo uma falsa inclusão, pois, sem as ferramentas necessárias, eles poderão ser novamente excluídos pelo sistema, contrariando a educação freiriana: a educação como objetivo de formação de cidadania, de

transformação do sujeito, para que possa posicionar-se no mundo, da valorização da educação para toda a vida.

Permitir o diálogo com os protagonistas desse processo vai muito mais além de um jogo de perguntas e respostas entre duas ou mais pessoas, pois é a possibilidade de o homem refletir sobre a vida. Para Paulo Freire (2021, p. 170) “O que é o diálogo, neste momento de comunicação, de conhecimento, e de transformação social? O diálogo sela o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, podemos a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade”.

Os resultados apresentados nesta pesquisa são dados históricos importantes, pois retratam informações de vida, dados institucionais, informações pessoais dos protagonistas dessa instituição de ensino – os próprios alunos. No cenário da rede federal, os estudantes desejam uma educação de qualidade e nela apostam.

## 5 Considerações finais

Mesmo não sendo um programa novo na rede federal, o PROEJA ainda enfrenta vários desafios para que alcance seus objetivos de maneira efetiva, entre outros: é fundamental que se adote o mesmo padrão de qualidade com que se ofertam os cursos nas outras modalidades de ensino; é necessária uma proposta político-pedagógica específica, clara, bem definida, inclusiva e participativa que atenda às reais necessidades de todos os envolvidos, levando em consideração suas experiências e seus conhecimentos prévios; é imprescindível o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a atitude desse jovem/adulto que decidiu retomar os estudos, contrariando o sistema opressor e a desigualdade de aprendizagem.

Educar para incluir deve ser a postura adotada de todos os atores que atuam no PROEJA para que esses sujeitos não se sintam marginalizados dentro de um programa que deveria processar a inclusão, não a exclusão, confirmando, assim, as três funções básicas da EJA: a função reparadora, que implica no resgate de um direito civil restaurando uma oportunidade negada; a função equalizadora, permitindo uma oportunidade de maior inclusão tanto no meio social quanto no mundo do trabalho; e por fim a função qualificadora, que se refere à garantia de um saber e de uma educação continuada para toda a vida, corrigindo as distorções sociais.

## Referências

BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges. **O significado da formação e inserção no mundo do trabalho para os jovens do PROEJA.** Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base. Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.840, institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)

FREIRE. Paulo; SHOR, Ira. Trad. Adriana Lopez. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1986] 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua: Educação, 2022.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Parecer nº 11, de 5 de julho de 2000. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos Disponível em [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)

SANTOS, Antonio Cezar da Costa. **Métodos de ensino de ciências e tecnologias para alunos do Proeja.** Tese (Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

STERING, Silvia Maria dos Santos. **O desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do Proeja no IFMT - Política, fato e possibilidades.** Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro Rio Claro, 2015.

UNESCO. CONFINTEA VII Marco de Ação de Marrakech: Aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos 2023. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382306>. Acesso em: 20 de junho de 2023.



# SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
EM FOCO: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS

UNESCO. 4º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos: não deixar ninguém para trás; participação, equidade e inclusão. Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374407>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

UNESCO. 3º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em [unesdoc.unesco.org/images/0024/002470/247056por.pdf](https://unesdoc.unesco.org/images/0024/002470/247056por.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2023.

UNESCO. Conferência internacional sobre a educação de adultos (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): **Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro**, 1999. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Psicologia Pedagógica/Lev Semenovich Vigotsky** (P. Bezerra, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

Realização

